



FORÇA TAREFA POPULAR: resistindo e marchando contra a corrupção

FORCE POPULAR TASK: resisting and marching against corruption

Marina de Sá Silva

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Rosana Samille Soares Melo

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Gabrielle Tainá Araujo Xavier

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

O presente artigo analisa as ações e atividades realizadas pelo movimento social denominado Força Tarefa Popular no Piauí, mostrando como ocorre a articulação e mobilização social para realização das marchas nos municípios do Piauí, com objetivo de combater a corrupção através da participação social. Buscou-se apontar as principais reflexões sobre democracia direta e a corrupção no Piauí, refletindo-se como a participação social pode ser relevante e também influenciar nesse processo democrático. Os resultados mostram que apesar da importância da reivindicação social organizada por determinado coletivo, a organização e participação ativa ainda é um dos desafios para efetivação da luta por condições de vida melhores e mudanças no cenário de corrupção no Piauí.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social. Corrupção. Piauí.

ABSTRACT

This article analyzes the actions and activities carried out by the social movement called the Popular Task Force in Piauí, showing how the articulation and social mobilization to carry out the marches in the municipalities of Piauí, with the objective of combating corruption through social participation, occurs. We sought to point out the main reflections on direct democracy and corruption in Piauí, reflecting how social participation may be relevant and also influence in this democratic process. The results show that despite the importance of the social claim organized by a particular collective, the organization and active participation is still one of the challenges to put an end to the struggle for better living conditions and changes in the corruption scenario in Piauí.

KEYWORDS: Social movement. Corruption. Piauí



1 INTRODUÇÃO

Este artigo se embasa em uma experiência de campo realizada pelas discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desenvolvido na disciplina Sociedade Civil e Movimentos Sociais e tem como objetivo analisar as ações realizadas pelo movimento social Força Tarefa Popular. O trabalho traz inicialmente uma reflexão sobre democracia direta no Brasil, abordando aspectos de corrupção enraizados na sociedade desde o século XVI. Posteriormente destaca-se a origem e principais articulações sobre a organização da sociedade civil para realização do combate a corrupção no Piauí e sua expansão para outros estados. Em conclusão, traz algumas considerações finais sobre o movimento destacando os principais desafios e dificuldades para sua realização.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E CORRUPÇÃO NO BRASIL

O processo de consolidação da democracia faz parte de uma luta diária que ainda perdura no Brasil e no mundo. O Estado brasileiro é um dos que mais assistiram a constantes movimentos sociais pela democracia, igualdade, liberdade e pelos direitos dos trabalhadores. Essa resistência se instalou no período de ditadura militar, entre as décadas de 1960 e 1970, se acentuando na década de 80, com a Constituição Federal de 1988, que não apenas afirmou a extensão dos direitos, mas consagrou a participação direta da população no exercício do poder. Dessa forma, a “Constituição Cidadã” tornou-se um marco no avanço dos direitos sociais, no Brasil, mas concomitante a essa conquista, configurou-se um enfraquecimento nas lutas sociais e na participação política popular, pois esses movimentos foram aos poucos se institucionalizando e desmobilizando. Matos (2015), ao conceituar os movimentos sociais, afirma:

Para Lojkine (1981, p.298), os movimentos sociais são expressões da sociedade civil que, visando à transformação social, organizam-se não só para reivindicar demandas perante o Estado, mas também para “transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu”. Castells (2002, p.20), por exemplo, concebe os movimentos sociais como “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade”. (MATOS, 2015, p. 48)

Percebe-se então que os movimentos sociais não configuram uma luta sem propósito, mas ao contrário, buscam participação no poder político para a garantia de direitos e também mudanças no poder. Assim, após a CF 88, essas lutas foram enfraquecidas, culminando em uma participação política de baixa expressividade nas décadas de 1990 e 2000. Porém, nessas



últimas décadas, com o advento da globalização e das tecnologias informacionais, a circulação de informações está cada vez mais dinâmica, que influencia na ascensão dos movimentos sociais, que agora aderem ao espaço cibernético.

Com isso, a sociedade que antes estava de “olhos vendados” está cada vez mais insatisfeita com as representações políticas e o governo de seu país, especialmente no Brasil, e aos poucos vai se emponderando do poder que a ela pertence e que há muitos anos havia sido esquecido, ou escondido. Assim, os movimentos sociais ganham uma nova roupagem, mais heterogênea e horizontalizada, defendendo causas diversificadas, como a luta contra a corrupção, que está se intensificando devido ao desvio de verbas públicas e irregularidades que se torna explícito, causando revolta em parte da população brasileira.

É válido elucidar que os primeiros registros de ação de corrupção no Brasil, se registram no século XVI, na colonização portuguesa, como o de funcionários públicos, responsáveis por fiscalizar o contrabando e outras transgressões contra coroa portuguesa e acabavam em praticar o comércio ilegal de produtos brasileiros a exemplo especiarias, tabaco, pau-brasil, diamante e ouro. Porém tais produtos somente poderiam ser comercializados com autorização do rei. Por sua vez, Portugal omitia em solucionar os assuntos ligados ao contrabando, pois seu interesse maior estava em sustentar os ganhos da camada aristocrática do que promover um sistema de empreendimento produtivo do controle dessas práticas.

O segundo registro relaciona-se a vasta utilização da mão-de-obra escrava, na agricultura brasileira. Da década de 1580 até 1850 à escravidão foi tida como necessária e, mesmo com a proibição do tráfico, o governo brasileiro segurava tolerante e conivente com os traficantes que fraudavam a lei. Independentemente das denúncias de autoridades internacionais, o mínimo foi feito para reprimir o tráfico. Isso resultava pelos lucros, do suborno e da propina, que o tráfico negreiro concebia a todos os participantes, de uma forma que era mais favorável ao estado brasileiro desaparecer-se de um controle efetivo.

A ação corrupta se dá de diversas perspectivas da sociedade, havendo na vida cotidiana, no futebol, na política, na administração pública e são nos diversos aspectos que se manifesta, tendo como as mais comuns, em meio à outras, o pagamento de propina, fraudar licitações e os desvios dos recursos públicos. Através disso, também apresenta várias abordagens teóricas sobre seu significado.

Enfatizando o espaço político, no âmbito político da antiguidade a corrupção é marcada pelo adultério dos regimes de governo. Segundo a obra “A Política” (Aristóteles, 2002), são três as formas de governo: monarquia, aristocracia e o governo constitucional, sendo seus respectivos desvios a tirania, a oligarquia e a democracia. Hoje, o regime democrático é



prevalente e de acordo com o contexto e enfoque teórico, a corrupção apresenta-se de várias maneiras e por meio de múltiplos entendimentos.

Ao analisar a corrupção no contexto neoliberal, pode-se afirmar que ela ocorre quando “as instituições designadas para governar a inter-relação entre o cidadão e o Estado são usadas, em vez disso, para enriquecimento pessoal e para a provisão de lucros para o corrupto” (Rose-Ackerman, 2002, p.27). No ambiente da gestão pública, a autora conceitua corrupção como um abuso do poder público para ganhos próprios e diz que o custo dos processos corruptos, nesse meio, apresenta-se através da baixa qualidade na oferta de serviços públicos e distribuição desigual da riqueza produzida.

Além disso, ela trata do tema da corrupção na perspectiva cultural, econômica e política. Debate as bases históricas e culturais, focando a prática do suborno já citado nesse artigo, mas que a corrupção é, principalmente, um problema econômico e político. Salienta que no aspecto econômico as ações corruptas afetam a competitividade da economia mundial e atingem a competência dos projetos de desenvolvimento. No plano político, destaca-se três modos que indicam a existência de corrupção: “a disponibilidade dos políticos para aceitar subornos e financiamentos ilegais [...], a tolerância dos eleitores para fazerem tais pagamentos e a disponibilidade dos grupos financeiros para pagar”. (Rose-Ackerman, 2002, p. 181)

Sobre o contexto da prática da corrupção na sociedade capitalista atual, é significativo notar que não se refere a uma luta entre pessoas honestas contra as desonestas. Existe um confronto entre classes sociais, em que especialmente os grupos economicamente dominantes se custam da atitude corrupta não só como maneira de enriquecimento ilegal, mas para persuadir ou manter-se no poder.

3 FORÇA TAREFA POPULAR NO ESTADO DO PIAUÍ

De acordo com Matos (2015), em sua tese de doutorado há uma retomada histórica, uma caracterização sociopolítica do Estado do Piauí, enfatizando as questões, como: dominação; clientelismo; patrimonialismo e corrupção. Posteriormente enfatiza o surgimento dos primeiros movimentos sociais e depois dos novos movimentos no Estado em questão, um dos movimentos está a Força Tarefa Popular, em que seu surgimento é datado de 1999.

A autora coloca como título de sua tese de doutorado: “Democracia Direta como mecanismo de Controle Social e combate à corrupção: a experiência da Força Tarefa Popular”, e portanto, explicita sobre democracia direta e democracia representativa, essa última que se impõe como modelo hegemônico de organização da sociedade civil, enquanto a democracia



direta seria a participação direta da sociedade civil no controle dos investimentos públicos, sem existir um representante que seja um intermediário entre a sociedade civil e o Estado, assim podendo combater a corrupção.

Assim, antes de explicitar sobre a origem especificamente do movimento “Força Tarefa Popular”, observa-se os motivos que levaram a criação de movimentos sociais no Piauí e como se desenvolveu as ações e os movimentos. Na tese, pode-se observar quatro palavras que resume a questão sociopolítica do Piauí, que antecedem os anos 90, que são: Coronelismo, Patrimonialismo, Clientelismo e Corrupção, pois essas palavras denotam o quanto existia de dominação dos mais ricos para como os mais pobres (classe subalterna), de como existiam as expressivas vontades particulares se sobrepondo as vontades coletivas, os favores, propiciando a corrupção.

O coronelismo como uma marca política no Piauí, que estabelece relação de dependência e dominação entre os grandes fazendeiros e os pobres colonos, no que diz respeito à produção e política. O patrimonialismo também traz a questão da subordinação, pois há um desrespeito, a separação entre interesses públicos e privados, onde há privilégios criados pelos governantes na ação política, ou seja, é visível a relação de subordinação do povo ao patriarca, que é uma legítima dominação tradicional, já o clientelismo também tem ligação forte com a dominação, que se dá entre as classes (dominantes x dominadas), em que as classes privilegiadas exercem dominação sobre as classes subalternas.

A prática clientelista é mais enfatizada quando há mudança do sistema político de monarquia para republica, em que a batalha não se usava mais do mecanismo – armas – para conseguir o “poder” e sim através de voto. Portanto, a pratica clientelista ficou mais visível, já que poderia haver trocas, ou seja, trocas de voto, por regalias, privilégios, favorecimento pessoal, político ou econômico. Desse modo, essas palavras supracitadas trouxeram alguns efeitos na população no Estado do Piauí, como afirma:

[...] 1) perda de eficiência na oferta de bens e serviços pelo desperdício e má distribuição dos recursos; 2) distribuição não equitativa de bens e oportunidades que favorecem ricos e privilegiados contra os mais pobres e desprotegidos; 3) extorsão de dinheiro dos cidadãos pela cobrança de pagamento, por agentes públicos, de gorjetas e taxas de serviços indevidas, sem prestar um bom serviço ou mesmo serviço nenhum; 4) descrédito público dos governos e instabilidade política. (MATOS, 2015, p.82)

Os primeiros sinais de organização da sociedade civil no Piauí, foi a partir das décadas de 70 e 80, em que o Brasil passava por um processo de redemocratização, que eram resultado de um grande momento que o antecedeu, que foi a ditadura militar, com seu sistema autoritário. No Piauí, começou a organizações que estavam vinculados ao processo de emancipação, muitos



criados apoiados pela Igreja Católica, voltada para o trabalho educativo e de organização de segmentos sociais como juventude, negros e operário, como também surgiram movimentos sociais estudantis, culturais, religiosos. Começaram também a estruturar os sindicatos, urbanos e dos trabalhadores rurais e o MST (Movimentos dos trabalhadores Sem Terra), todos lutando por moradia e por melhores condições de vida.

Mas esses movimentos só ganham maior visibilidade e organicidade após se fortalecerem, se articularem e for representado na esfera pública por algumas federações:

[...] destaca-se a Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), criada em 1970, para articular as organizações de trabalhadores rurais, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, e que fortaleceu o movimento sindical e as organizações urbanas. Outro exemplo é a criação, em 1986, da Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC), articuladora de grande parte das organizações associativas e conselhos comunitários urbanos [...] (MATOS, 2014, p.84)

Há também a CEPAC (1982), que estimulava o surgimento de outros centros educativos em municípios-polo, para organizar e articular os movimentos sociais urbanos e rurais que estavam aflorando no Piauí. Começou a surgir grupos específicos, com lutas específicas como: interesses relacionados a conteúdo étnico, gênero, sexual e ecológico, e a FTP (Força Tarefa Popular) também surge, é desencadeada em 1999, lutando pela fiscalização do controle da aplicação de investimentos públicos, atuando na luta contra corrupção.

A ideia da FTP se dá através de um acontecimento ocorrida em Esperantina, onde houve um encontro de jovens, esses que se articularam para fazer a fiscalização dos investimentos públicos, principalmente voltados para a agricultura, e a partir daí surgiu esse movimento, que não tinha o nome de FTP, mas era um movimento de jovens, com a liderança de Arimateia Dantas, advogado e vereador do município de Esperantina, voltado para fiscalização dos investimentos públicos na área rural, e nos municípios próximos. Em 2002, a Rede Jovem Nordeste, foi estimulada para que a juventude pudesse lutar, para defesa de seus direitos, e essa rede recebeu um recurso para desenvolver atividades voltadas para juventude, e foi desenvolvida principalmente festivais (decisão da maioria dos Estados).

Mas, no Piauí nessa época, estava numa descoberta do crime organizado, e os jovens do Piauí resolveram não fazer os festivais, como os demais Estados, já que estavam passando por momentos difíceis de corrupção, muitos municípios sendo saqueados, assim, resolveram fazer a marcha contra a corrupção, como a Rede Jovem Nordeste tinha conhecimento sobre os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em Esperantina, convidaram os jovens do município, bem como Arimateia Dantas, para participar da marcha que eles estavam organizando. Posteriormente, após essa marcha, a Rede Jovem Nordeste não continuou com as



marchas, e então os jovens de Esperantina deram continuidade, surgindo definitivamente a FTP, com a Marcha contra a Corrupção e pela Vida (2002).

A FTP se organiza e se articula através de outras organizações que facilitam suas ações, também não possui uma sede, e tem um pequeno número de pessoas que estão diretamente ligados à FTP, são cinco pessoas: um advogado e coordenador do movimento (Arimateia Dantas), uma Assistente Social, Dona de Casa, Pedagogo e Jornalista. A Força Tarefa Popular possui um núcleo de mobilização que são organizações que apoiam de alguma forma as ações da FTP, uma delas é a FETAG, que articula a organização dos trabalhadores rurais, facilitando assim a acolhida, alimentação nos municípios mais distantes durante as marchas.

Destarte como a OAB, que também é parceira da FTP, financia transporte, disponibiliza material de publicidade e lugares para reuniões, além de alguns sindicatos, CPP (Comissão Pastoral da Terra), dentre outras organizações. A FTP hoje faz parte de uma rede de organizações sociais nacional, que é a AMARRIBO (Associação de Moradores de Ribeirão Bonito) na cidade de São Paulo. A mesma se envolveu consideravelmente com a questão da fiscalização dos investimentos públicos em sua cidade, e foi reunindo organizações no Brasil todo e hoje compõe essa rede.

A principal estratégia de mobilização que a FTP utiliza é a “Marcha Contra a Corrupção e pela Vida”. Desde sua origem a organização contabiliza 14 marchas, onde 12 ocorreram em municípios do Piauí e duas no percurso de Goiânia a Brasília.

A FTP utiliza-se da metodologia de ação através de duas fases essenciais, que são elas, a fase preparatória, composta pela articulação institucional, organização e divulgação e atividade precursora no município em que a marcha será realizada. Já a fase operativa é composta pela marcha em movimento, com a organização de núcleos fiscalizatórios, a ocupação cívica, a fiscalização de obras, a realização de aula da cidadania.

Tabela 1 – Marchas realizadas pelo Movimento Força Tarefa.

Marchas	Título da marcha	Ano	Cidades	Distância (km)	Quantidade marchantes
1º	“Voto não tem preço, tem consequência”	2002	Picos a Teresina	306km	200
2º	“A corrupção alimenta a fome”	2003	Parnaíba a Teresina	332km	106
3º	“Corrupção causa desemprego”	2004	Floriano a Teresina	234	60

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



4º	“Um mundo sem corrupção é possível”	2005	Posses-GO a Brasília-DF	252km	38
5º	“A ação vigilante da sociedade/Combater a corrupção também é sua responsabilidade”	2006	Luzilândia a Teresina	280km	50
6º	“A cruz que carregamos	2007	Teresina a Santa Cruz dos Milagres	194km	79
7º	“Corrupção é morte, saúde é vida, fiscalize o SUS”	2008	Buriti dos Montes a Teresina	264km	50
8º	“Corrupção mata, reaja!”	2009	São João do Piauí a Floriano	326km	37
9º	“A corrupção deixa mais seco o Sertão”	2010	Acauã a Picos	151km	55
10º	“Salve Vida. Denuncie a corrupção!”	2011	Pio IX a Picos	154km	17
11º	“Mais informação, menos corrupção”	2012	Marcolândia a Picos	123 km	85
12º	“Por um Sertão sem corrupção”	2013	Guaribas a São Raimundo Nonato	154km	48
13º	“Corrupção é gol contra”	2014	Queimada Nova a São João do Piauí	112km	39
14º	“Brasil sem corrupção é possível, faça a sua parte!”	2015	Goiania a Brasília	200km	30

Fonte: elaborado pelas autoras

4 CONCLUSÃO

Diante no cenário político em que o Brasil se encontra a participação social para mecanismos de gestão democrática torna-se cada vez mais necessária na sociedade civil, que encontra como saída os movimentos sociais para a reivindicação de interesses e anseios coletivos. Os movimentos sociais possuem uma dimensão simbólica muito complexa e o seu grande impacto que é a transformação social. Através da sistematização de organizações de pessoas ou grupos sociais que se articulam e lutam em conjunto por objetivos comuns, ocorre à transformação social com o propósito de melhoria do que está posto para sociedade.

Nesse sentido, pode-se observar que o movimento social Força Tarefa Popular possui um caráter transformador sobre a realidade social no estado do Piauí e de outros estados, com objetivo de combater a corrupção com a ativa participação popular. A participação popular

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ocorre através da realização de marchas durante o percurso das cidades escolhidas que é o carro-chefe do movimento. Com a realização das marchas pode-se concluir que inúmeras reivindicações do poder público já foram atendidas, estimulando assim a sociedade civil para o combate a corrupção não só no Piauí, como no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. Congresso. Senado. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 2014.

MATOS, Teresa Cristina Coelho. **Democracia direta como mecanismo de controle social e combate à corrupção**: a experiência da Força Tarefa Popular. 2015. 193f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corrupção e Governo**. Trad. A. Mata. Lisboa-Portugal: Prefácio, 2002.